

**ATA**

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:15 horas foi declarada aberta a reunião. O Presidente da Câmara agradeceu o compasso de espera, referindo ter estado presente na abertura de um fórum de reflexão sobre violência doméstica na Plataforma das Artes. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Presidente da Câmara anunciou que, nesta reunião, iria ser homenageado o atleta **RUI BRAGANÇA**, por se ter sagrado campeão de Taekwondo, lendo, em voz alta, o seguinte texto contendo um voto de louvor, para ficar transcrito em ata: "Nascido em 1991, o atleta vimaranense Rui Pedro Rebelo Bragança, encontra-se em plena ascensão desportiva. Com apenas 22 anos, Rui Bragança é um atleta de alta competição que conta com um palmarés invejável, resultante da sua excelente performance desportiva. Aluno do 4º ano de Medicina da Universidade do Minho, sendo igualmente seu atleta, atingiu em 2012 o 5º lugar do ranking mundial, tendo sido Vice-Campeão do Mundo em 2011 na

modalidade de Taekwondo. No passado dia 2 de Maio sagrou-se **Campeão Europeu**, na sua categoria (-58Kg), no Campeonato da Europa de Seniores, que decorreu em Baku, Azerbaijão, precisamente onde tinha despertado interesse aos observadores quando alcançou em 2007 o 3º lugar no Campeonato da Europa de Juniores. É o atual Campeão Nacional e Campeão Nacional Universitário, conquistou recentemente a medalha de ouro nos Jogos da Lusofonia 2014, realizados na Índia, tendo sido Campeão Europeu Universitário em 2011 e medalha de ouro da Taça de Portugal em 2010 e 2012, estando atualmente bem colocado para representar Portugal nos Jogos Olímpicos do Brasil, em 2016. Rui Bragança, que foi embaixador de Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013, é um extraordinário atleta e um campeão como pessoa de elevadíssimo valor, pelo que propõe, para deliberação, um **Voto de Louvor** pelo título alcançado e pela sua meritória performance desportiva, representando Guimarães ao mais alto nível, na sua modalidade.” Posta a votação, foi **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** a proposta. -----

O Presidente da Câmara disse querer ainda que fosse votado um voto de louvor ao **MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE** por ter ascendido à Primeira Liga, lendo em voz, o seguinte texto contendo um Voto de Louvor, para ficar transcrito em ata: “O Moreirense Futebol Clube confirmou, no passado domingo, a conquista do título de campeão da Liga 2 do Futebol Nacional, depois de ter garantido a subida à I Liga em jornadas anteriores. No ano em que comemora o seu 75º aniversário, o Moreirense alcança mais um título nacional que junta ao de Campeão Nacional da II B em 1994/1995, que renovou em 2000/2001, e da Liga de honra em 2001/2002, com a consequente ascensão pela 1ª vez à I Liga em 2002/2003, onde se manteve até à época 2004/2005.



Na época 2012/2013 voltou de novo à I Liga, onde regressará na próxima época 2014/2015. Este título e regresso do Moreirense ao primeiro nível do Futebol português, representa um êxito brilhante de um clube do nosso Município que, há mais de uma década, de uma forma muito sustentada, se tem afirmado como um exemplo nacional de gestão e valor desportivo. Guimarães que, a par de Lisboa, Porto e Funchal, será mais uma vez um Município com dois representantes na primeira Liga do Futebol Português, sentiu, muito para além da Vila de Moreira de Cónegos, um particular orgulho por mais este êxito do nosso Moreirense. A Câmara Municipal deve associar-se a esta identificação de todo o Concelho com o título nacional alcançado pelo Moreirense, pelo que proponho a aprovação de um voto de louvor dirigido ao seu Presidente, dirigentes, atletas, técnicos e associados que tanto para ele contribuíram.” Posta a votação, foi **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** a proposta. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 - Vereador Ricardo Araújo – Interveio acerca da sustentabilidade do Laboratório da Paisagem, situado em Creixomil, manifestando a sua preocupação com a ausência de um projeto consistente e coerente para aquele equipamento construído no âmbito da Capital Europeia da Cultura. Disse ter havido, desde o início, dificuldade em perceber com rigor a estratégia, o objetivo e a finalidade para este equipamento lembrando um conjunto de generalidades e conceitos vagos assentes na leitura e na interpretação da paisagem e mais recentemente no empreendedorismo agrícola e na inovação. Recordou a recente deliberação da Câmara Municipal que atribuiu um apoio à Universidade do Minho destinado a bolsas de investigação com o objetivo de arrancar com a componente

científica. Assim, perguntou se o Laboratório da Paisagem foi ou não um projeto em que se edificou sem ter por base um programa funcional consistente e se existe uma estratégia com objetivos bem definidos. Quis saber, ainda, se a estratégia prevista para este equipamento assenta ou não, exclusivamente, na parceria com a Universidade do Minho e se era necessário construir um edifício exclusivamente para a promoção do estudo e da investigação em torno das áreas acima referidas. Por último, perguntou sobre o modelo de gestão e custos de funcionamento para este equipamento. -----

2 - Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – Referiu uma preocupação, que tem manifestado nos últimos tempos, sobre o horário de trabalho que está a ser praticado na Câmara Municipal, recordando que o acordo entre o Município e a entidade representativa dos trabalhadores já está assinado há algum tempo. Disse, ainda, que outros municípios, que igualmente assinaram o acordo, estão já a praticar as 35 horas de trabalho semanal, considerando ser necessário que se comece a pensar em alternativas no sentido de fazer cumprir o acordo assinado. -----

3 - Vereadora Adelina Paula Pinto - Informou e mostrou preocupação relativamente ao processo de encerramento das escolas em Guimarães, concretamente a intenção do Governo de manter a decisão de encerrar as EB1 de Rendufe e Souto S. Salvador - situações que transitam desde o ano anterior e que funcionavam em regime de excecionalidade - propondo, agora, o encerramento das EB1 de Gonça, Leitões, Atães (Chã de Bouça), Souto Santa Maria e Jardim de Infância de Souto Santa Maria. Disse ter contactado o Ministério da Educação no sentido de demonstrar algumas preocupações tendo em conta a nova configuração administrativa e o reordenamento da rede escolar



solicitando que fosse concedido ao Município o prazo de um ano para rever a carta educativa e apresentar, de forma proactiva, as soluções de encerramento. Disse, ainda, que o Ministério da Educação demonstrou sensibilidade para esta questão não tendo, contudo, comunicado, até à presente data, a decisão tomada. Acrescentou que esta situação de ausência de decisão está a levantar imensos problemas uma vez que os pais têm toda a legitimidade de, à data da matrícula, saber para onde os seus filhos serão colocados. Referiu que já fez chegar ao Ministério da Educação esta preocupação defendendo que nas situações das Uniões de Freguesias deve ser muito bem equacionada a questão do encerramento das escolas devendo ser validado o critério relativo ao número de alunos suficientes. -----

4 - Vereador Amadeu Portilha – Disse que o Laboratório da Paisagem está a ser dotado dos equipamentos necessários ao seu funcionamento, alguns de alta tecnologia, que foram objeto de várias candidaturas, prevendo-se a abertura oficial das instalações para o próximo dia 24 de junho. Informou que foram já recrutados três bolseiros que estão a instalar os referidos equipamentos que permitirão fazer um conjunto de serviços ao nível do ambiente. Informou que na próxima semana iniciará funções um Técnico do Ambiente a afetar pela Câmara Municipal bem como um Técnico Administrativo e de Relações Públicas, recrutado pela Universidade do Minho. Disse ter sido recebido a semana passada o plano de ação estratégico para 2014/2015 informando que o Coordenador Técnico deste Laboratório, o Eng.º Paulo Ramísio, Vice-Reitor da Universidade do Minho, é também responsável pela área da hidráulica. Comunicou, ainda, que a Professora Fernanda Câncio e o Professor Flávio Nunes serão, respetivamente, coordenadores das áreas da biologia e da geografia, faltando, ainda, designar o

coordenador para a área do ambiente urbano. Informou que se pretende para o Laboratório da Paisagem a criação de uma empresa incubadora de base agrícola com a função de gerir a Horta Pedagógica de Guimarães cuja 3.ª fase se iniciará em breve, com mais de cerca de um hectare. Por último, disse sentir um grande entusiasmo pelas partes envolvidas neste processo acreditando que muito rapidamente o Laboratório da Paisagem terá função e será um elemento fundamental para mudar o paradigma ambiental e da agricultura no concelho de Guimarães, pelo menos ao nível do estudo, da reflexão e da partilha do conhecimento e da informação.-----

5 - Presidente da Câmara – a) - Disse terem sido construídos equipamentos excecionais no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012, da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Guimarães que apresentou as candidaturas e as conseguiu aprovar e concretizar. Informou que as referidas candidaturas tinham duas vertentes: a reabilitação dos edifícios e a sua funcionalidade. Disse, ainda, que a reabilitação dos edifícios foi integralmente concluída em 2012 sendo que os programas funcionais, em alguns desses edifícios, estão agora a ser concretizados, apontando como exemplos o Laboratório da Paisagem, a Casa da Memória, a Plataforma das Artes e Couros. Lembrou o Centro de Ciência Viva, que está pronto há dois anos, onde se sentiu dificuldades na adaptação dos conteúdos. Quanto ao Laboratório da Paisagem disse que no âmbito da candidatura aprovada estão a ser instalados os equipamentos de laboratório destinados à função para a qual o edifício foi construído. Disse, ainda, que num acrescento de função, foi acordada com a Universidade do Minho e com a UTAD - Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, a instalação de uma incubadora de base agrícola e de segurança



alimentar. Por último, disse que o grande desafio para o futuro de Guimarães é dar sustentabilidade ao conjunto de edifícios construídos sendo que para o Laboratório da Paisagem se pretende uma atuação ao nível da interpretação e da avaliação ambiental mas também ao nível da agricultura e das boas práticas agrícolas; **b)** - Sobre o horário de trabalho dos colaboradores do Município, disse que os acordos estão celebrados, constando deles a passagem para as 35 horas semanais bem como a flexibilidade do horário de trabalho. Contudo, lembrou que a lei obriga a homologação do acordo por parte do Governo (Secretário de Estado), o que ainda não ocorreu. Acrescentou que se, entretanto, a Procuradoria-Geral da República emitir o parecer solicitado no sentido de não ser necessária essa homologação, então de imediato entrará em vigor o horário de trabalho semanal de 35 horas para os trabalhadores do Município; **c)** - Sobre a intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto disse ser de bom senso que se espere pela revisão da carta educativa acrescentando não lhe parecer fazer muito sentido que uma União de Freguesias não tenha uma EB1, pelo que a Câmara Municipal continuará a fazer as necessárias recomendações ao Ministério da Educação. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - De estar disponível a sala dos Vereadores da oposição; **2** - De uma informação sobre a campanha de recolha de alimentos para o Banco Alimentar da Cooperativa Fraterna; **3** - De ter sido atribuída à praça sul junto do Estádio D. Afonso Henriques a designação de Praça 26 de Maio em homenagem ao dia em que o Vitória Sport Clube ganhou a Taça de Portugal. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 55 e 58 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Relatório e Contas do Município de Guimarães respeitante ao ano de 2013"; **b)** - "Consolidação das Contas do Município de Guimarães". -----

2. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 56, 57 e 59 que comunicam a apreciação, em sessão realizada no passado dia 28 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Certificação Legal das Contas do Município de Guimarães"; **b)** - "Relatório e Parecer do Auditor Externo"; **c)** - "Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município de Guimarães". -----

3. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 62 a 81 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 29 de abril, das seguintes propostas: **a)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Aldão"; **b)** - "Comunidade Intermunicipal do Ave - Critérios de Imputação da Dívida Total de Operações Orçamentais"; **c)** - "Associação de Municípios do Vale do Ave - Critérios de Imputação da Dívida Total de Operações Orçamentais"; **d)** - "Constituição de uma Associação de Psicologia em parceria com a Universidade do Minho - Aprovação dos respetivos Estatutos"; **e)** - "Recursos Humanos - Alteração do Mapa de Pessoal para 2014"; **f)** - "VIMÁGUA EIM SA - Designação de Fiscal Único"; **g)** - "Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais"; **h)** - "Projeto de Regulamento para Concurso de Ideias - Criação da Mascote para o projeto Voluntariado Vai às Escolas"; **i)** - "Aquisição de Serviços de Comunicação de Voz e Transmissão de Dados de Internet - Compromisso Plurianual"; **j)** - "Contratação de Serviços - Aquisição de Serviços de Acompanhamento Jurídico - Direito das



Autarquias Locais - Compromisso Plurianual"; **k)** - "Obras Públicas - EB 2,3 das Taipas - Caldelas - Informação para Início de Procedimento - Compromisso Plurianual"; **l)** - "Contratação de Serviços - Projeto de Rede de Cidades e Vilas de Excelência - Compromisso Plurianual"; **m)** - "Freguesia de Fermentões - Atribuição de Subsídio"; **n)** - "Regime de Excecionalidade para a Regularização dos Débitos Resultantes do Pagamento de Refeições Escolares"; **o)** - "Aquisição de Serviços de Transporte de Alunos em Carreira Pública - Ano Letivo 2014/2015"; **p)** - "Educação - Plano de Transportes Escolares - Ano letivo 2014/2015 - Compromisso Plurianual"; **q)** - "Acordo de Execução de Delegação de Competências - limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico"; **r)** - "Contrato de Delegação de Competências nas Freguesias no âmbito das atividades de animação e de apoio à família - Acordo de Cooperação da Educação Pré-escolar - Ano Civil de 2014 - Compromisso Plurianual"; **s)** - "Adesão do Município de Guimarães à UNITOWN - Rede Universidade Cidade"; **t)** - "Alteração do Horário de Funcionamento do Mercado das Antiguidades". -----

4. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 24 de abril de 2014, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada "Salas de ensaio na garagem do Teatro Jordão – Urgezes", de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

5. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 11 de abril de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da freguesia de Fermentões, de acordo com informação da Divisão de

Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

6. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 5 de maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da freguesia de S. Torcato, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

7. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 5 de maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da União das Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

8. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 6 de maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

9. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 6 de maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da União das Freguesias de Arosa e Castelões, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

10. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 6 de maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da Freguesia de Silves, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

11. Do despacho do Vereador Amadeu Portilha, datado de 6 de



maio de 2014, que aprovou um aditamento à toponímia da União das Freguesias de Atões e Rendufe, de acordo com informação da Divisão de Trânsito e Espaço Público, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

12. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de maio de 2014, que delegou no Vereador Ricardo Costa as competências na área da modernização administrativa, ficando, assim, sob sua responsabilidade política a Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

13. Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o relatório trimestral de execução orçamental, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

14. – Do Ofício da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, nos termos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 21 de agosto, informação sobre a situação económica e financeira da CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EM relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

15. Do Ofício da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, nos termos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 21 de agosto, informação sobre a situação económica e financeira da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA

relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2013, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

16. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de abril, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014.

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador Ricardo Araújo, por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – 24 DE JUNHO DIA UM DE PORTUGAL - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS HONORÍFICAS

– Presente a seguinte proposta: “Na observância do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais recentemente aprovado pelos Órgãos do Município, proponho a atribuição, no dia 24 de Junho de 2014, da Medalha de Honra do Município de Guimarães a **António Magalhães** e a **Rui L. Reis**, conforme fundamentação constante de anexos à presente proposta. No primeiro Feriado Municipal após cessar funções como Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, ao cabo de 24 anos de dedicado serviço público, a atribuição da condecoração ao Dr. António Magalhães afigura-se um ato da mais elementar justiça, e constituirá o momento certo para que as instituições e os cidadãos rendam homenagem a uma das mais relevantes figuras da História de Guimarães. O Professor Doutor Rui L. Reis adquiriu finalmente a notoriedade nacional que



o seu percurso e afirmação internacionais, enquanto investigador e líder do Grupo 3B's, já há muito havia alcançado. O impacto da sua obra na economia local, a excelência do seu trabalho científico, traduzido em avanços significativos nas ciências da saúde e o facto de se ter tornado recentemente no primeiro cientista a nível mundial a receber os três grandes prémios internacionais na sua área justificam a oportunidade de atribuição da referida condecoração municipal no corrente ano. Rui Reis corporiza assim, de forma exemplar, a estratégia prosseguida por Guimarães de sustentar o seu desenvolvimento na economia do conhecimento e na produção de ciência resultante da investigação realizada localmente, assim fomentando a criação de emprego altamente qualificado e a transferência de conhecimento para a indústria e outros setores emergentes. Nesta conformidade, entendo estarem reunidos os pressupostos de excecionalidade e especial oportunidade que justificam a atribuição das medalhas honoríficas propostas, nos termos do disposto no nº 4 do art.º 4º do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas Municipais." A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES AO DR. ANTÓNIO MAGALHÃES. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES AO PROFESSOR DOUTOR RUI L. REIS. -----**

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERZEDO E CALVOS - TROFEUS PARA O GRANDE PRÉMIO DE

CICLOTURISMO DE CALVOS – Presente a seguinte proposta: “A exemplo dos últimos anos, a União das Freguesias de Serzedo e Calvos irá promover no dia 24 de maio próximo o seu grande prémio de cicloturismo, que anualmente reúne uma largas dezenas de ciclistas, que percorrem as estradas da nossa região, numa jornada de convívio, mas com um pouco de competição. Neste sentido, solicita à Câmara Municipal a oferta de três troféus para serem oferecidos às equipas que mais se irão destacar neste evento desportivo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “Durante o ano de 2013, a Junta de Freguesia da Costa, o corpo docente e a Associação de Pais da E.B.1/J.I. de S. Roque foram alertando para a degradação do estado do piso do campo de jogos da escola, o qual em dias de chuva facilmente se transformava num autêntico lamaçal e em dias secos poeirento, fatores que impediam e limitavam as atividades desportivas que ali eram desenvolvidas. Por outro lado os resíduos de saibro transportados involuntariamente pelos alunos para o interior do edifício, através do calçado, estavam a deteriorar significativamente os pisos, nomeadamente os das salas de aula. Tendo em conta que o edifício foi reabilitado no ano de 2009, verificou-se efetivamente ser urgente uma intervenção no mencionado espaço, pelo que a Junta de Freguesia da Costa foi autorizada a assumir a execução dos trabalhos necessários, nomeadamente à preparação e implementação de um novo piso, arranjo dos acessos e drenagem das águas pluviais, trabalhos que foram devidamente quantificados pelo Departamento de Obras Municipais que elaborou o respetivo auto de medição e que



totalizaram o montante de 26.273,37€. Contudo, tratando-se de uma obra realizada no ano de 2013, ainda na vigência da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 12 de janeiro, à data a delegação de competências para a realização desta obra não foi submetida a aprovação da Câmara Municipal, nem aprovada a minuta do respetivo Protocolo. Assim, estando o edifício em causa integrado no património do Município, e tendo as obras sido realizadas ainda na vigência da lei anterior, proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho que autorizou a execução destas obras e aprove esta delegação de competências, e a respetiva minuta de Protocolo que se anexa, nos termos do n.º 1 do art.º 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 12 de janeiro, lei vigente à data da prática dos factos.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE (ARS) DO NORTE, IP - ADENDA AO PROTOSCOLO COM O SERVIÇO DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODPENDÊNCIA – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social. “A Câmara Municipal de Guimarães celebrou em 1995 um protocolo de cooperação com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), para a instalação de uma unidade de atendimento de toxicodependência neste concelho, ao abrigo do qual foi decida a utilização de um espaço no pavilhão anexo ao antigo hospital – anteriormente cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Guimarães-, tornando-se necessário, contudo, fazer-se consignar em suporte legal a quem incumbe a responsabilidade pelo

pagamento dos consumos de água e eletricidade daquelas instalações cedidas. Atendendo a que a ausência deste suporte legal em definir a atual responsabilidade da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, IP tem impedido, nos últimos meses, o pagamento das faturas de eletricidade mencionadas, e que esta situação levou a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães a exigir o pagamento das faturas vencidas sob pena de ser reconsiderada a possibilidade de denunciar o protocolo que permite ao Polo de Guimarães do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga permanecer nas instalações daquela instituição, o Conselho Diretivo da ARS do Norte, IP propõe ao Presidente do Município de Guimarães a assinatura de uma adenda ao protocolo de cooperação celebrado com o antigo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência que consigne que a ARS do Norte, IP assume os pagamentos respeitantes aos consumos de energia e água, e demais despesas associadas, do polo de Guimarães do CRI de Braga. Importa assim, submeter à aprovação em reunião de Câmara esta adenda apresentada pela ARS do Norte, IP, cuja minuta se anexa.” A referida adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO DA 2.ª MEIA MARATONA CIDADE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Desporto: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a organização da 2ª meia maratona Cidade de Guimarães. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em organização de eventos



desportivos, com especial interesse nas provas de atletismo de longa duração; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a organização da 2.ª meia maratona Cidade de Guimarães, no que concerne a todos os aspetos técnicos e logísticos, nomeadamente a elaboração do regulamento desportivo, cronometragem, definição do percurso, segurança, etc. b) A despesa anual estima-se em €13,200,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.2.3307, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto à empresa **Paulo Costa – Animação Turística Unipessoal, Lda.**, com sede na Rua José Teixeira de Nello e Castro, 34, Vila Real, nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de

Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos. Esta entidade tem uma vasta experiência e conhecimentos na organização de maratonas de atletismo, realizando muitos dos eventos no estrangeiro, bem como em território Nacional, pelo que se entende estarem garantidos todos os pressupostos como organizador deste tipo de eventos desportivos. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. g) Finalmente, informa-se que *foi* aplicada a redução remuneratória prevista no art. 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA PARA AS EMPREITADAS: SALAS DE ENSAIO NA GARAGEM DO TEATRO JORDÃO - URGESES E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM VÁRIAS FREGUESIAS DO CONCELHO – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “**1. Objeto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A



execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra das empreitadas "Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão" e "Beneficiação de Arruamentos em Várias Freguesias do Concelho", cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003; b) A despesa total, considerando o tempo estimado de duração das obras, será de 9.900,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem

cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.3401 para a obra "Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão" e 3.3.1.1.03 para a obra "Beneficiação de Arruamentos em Várias Freguesias do Concelho" do PPI (Plano Plurianual de Investimentos), correspondente ao ano de 2014; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; e) A entidade a contratar deverá ter regularizada as suas obrigações fiscais e com a segurança social. f) Finalmente, informa-se que poderá ser aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PROJETO FINANCIADO PELO POVT – PLATAFORMA DAS ARTES –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos: "**1. Objeto:**

Estudo de viabilidade económica e financeira do projeto financiado pelo POVT - Plataforma das Artes. 2.

Considerandos: De acordo com a decisão favorável de financiamento à operação Plataforma das Artes para a celebração do contrato de financiamento o Município deverá estabelecer um mecanismo de acompanhamento das receitas líquidas geradas pela operação na fase de exploração, a fim de garantir o cumprimento do disposto nº3 do Artigo 55º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Para o efeito foi incluída uma cláusula no contrato de financiamento (Cláusula 9º - Projetos Geradores de Receita), prevendo a obrigação de ser apresentado à Autoridade de Gestão,



aquando da conclusão do projeto, a atualização do Estudo de Viabilidade Económico-financeira do projeto, do qual deve constar uma previsão atualizada das receitas e das despesas, resultantes do Investimento realizado no projeto, para dar resposta ao artigo 55º do Regulamento (CE) nº1083/2006 e ao documento de orientação comunitária sobre a matéria. Sendo condição para encerramento da operação a atualização do estudo de viabilidade económico-financeira. A não atualização de acordo com as novas orientações implica o não cumprimento de uma cláusula do contrato de financiamento o que terá como consequência o não encerramento da operação e o consequente não recebimento dos 5% finais da operação, bem como a entrada em incumprimento por parte do município do respetivo contrato de financiamento. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em estudos de viabilidade económica e financeira; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal; Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013,

de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da operação financiada pelo POVT: a Plataforma das Artes e tendo em vista a identificação da taxa de *funding gap* aplicável à operação, para posteriormente confirmação da correta aplicação do método do défice de financiamento, conforme os normativos comunitários e nacionais. b) A despesa anual estima-se em €13.600,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. Cabimento n.º 2378/2014; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante a alínea a) do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, contratando-se "Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores Lda.", conforme proposto pela informação em anexo; e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e para com a segurança social. g) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE

**PARECER E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTES DE ALUNOS PARA O ANO LETIVO 2014/2015**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de março de 2014, que aprovou a seguinte informação dos Serviços de Educação: **"1.**

Objeto: Aquisição de serviço de transporte de alunos de 12 estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo. **2.**

Considerando que: a presente aquisição de serviço se destina a assegurar o transporte de alunos que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino, e, no período de almoço, daqueles cuja escola não dispõe de condições para a confeção de refeições ou para a implantação de um serviço de refeições transportadas; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço junto das escolas; se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviço de transporte de alunos, considerando os seguintes elementos: a)

despesa para o ano letivo 2014/2015 estima-se em €259.525,00 (duzentos e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, dos quais €243.800,00 (duzentos e quarenta e três mil e oitocentos euros) se destinam a transporte escolar e €15.725,00 (quinze mil setecentos e vinte e cinco euros) a transporte no período de almoço. b) a verba, para fazer face a esta despesa, será inscrita nas rubricas 2.1.2.56 e 2.1.2.57, referente a refeitórios escolares

de jardins de infância e 1º CEB e a transportes escolares, conforme declarações de cabimento em anexo. c) o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; d) os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, conforme a seguir se discrimina: Lote 1: setembro a dezembro de 2014 - €91.160,00; janeiro a julho de 2015 - €152.640,00. Lote 2: setembro a dezembro de 2014 - €6.375,00; janeiro a julho de 2015 - €9.350,00. e) Ao preço base foi aplicada a redução prevista nos artigos 33.º e 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

DOAÇÕES - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 6 DE MARÇO DE 2014 - DOAÇÃO DE LIVROS FORA DE COLEÇÃO AO CENTRO PARA A CRIAÇÃO, ARTE E CULTURA - "A VACA NEGRA" - Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Bibliotecas: “Solicitamos a retificação da nossa proposta nº 2/2014, referente à doação de livros fora de coleção, uma vez que a mesma deveria ser sido feita à Junta de Freguesia de Urgezes, à qual pertence o Centro para a Criação, Arte e Cultura - A Vaca Negra, uma vez que esta entidade não tem personalidade jurídica. Mais informamos que o valor da proposta se mantém inalterável, nomeadamente os títulos e quantidade de livros a doar.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

ENTIDADES PARTICIPADAS - PROJETO DE DISSOLUÇÃO E



LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE “AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A., E.M” – Presente, para aprovação pela Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, o projeto de dissolução e liquidação da “**Avepark– Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EM**”, com internalização da sua atividade, com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, e, ainda, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 61.º conjugado com o n.º 1 do artigo 22.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores da Coligação Juntos por Guimarães votam favoravelmente este projeto de dissolução e liquidação da sociedade AvePark na medida em que ele corresponde a uma decisão política já tomada em momento anterior, sendo nessa medida a mera concretização dessa decisão. Importa no entanto recordar todo o processo do AvePark. O Parque de Ciência e Tecnologia, depois designado como “AvePark”, depois de grande oposição do então Ministro do Governo de António Guterres, Prof. Mariano Gago, acabou por ser viabilizado pelo Governo que se lhe seguiu, liderado por José Manuel Durão Barroso, sob o qual foi o projeto tornado uma realidade. O AvePark foi inaugurado mediante enorme consensualização política, no entanto, entrava no debate político, logo nessa altura, a questão dos acessos ao AvePark. O PSD, através dos seus vereadores e dos seus diversos representantes políticos, desde início foi dizendo que os acessos ao AvePark poderiam vir a ser

responsáveis pela sua dificuldade de afirmação, defenderam então que a viabilização do parque dependia da viabilização duma solução rodoviária, entre 2005 e 2009, na Assembleia Municipal, o PSD batalhou pelo acesso ao AvePark em todas as discussões sobre o Plano e Orçamento para cada um dos anos, começando então a defender-se que essa via passasse pela requalificação da estrada nacional nº 101 que liga Guimarães às Taipas. Dizíamos na altura que devíamos *"retirar o AvePark do isolamento rodoviário a que foi votado"*. Em contraponto, desde início que o executivo socialista, e todos os que se lhe sucederam, defendiam que não seria necessária uma ligação viária mais capaz do que aquela que existia e que nunca seria por causa dos acessos que o AvePark não se imporia. Hoje, em 2014 e na última reunião de Câmara, o executivo socialista apresentou um projeto de uma "via dedicada" ao AvePark, reconhecendo, 7 anos e muitas discussões depois, que, afinal, sempre fará falta um acesso condigno ao nosso parque de ciência e tecnologia. Reconhecendo agora, que já não há fundos comunitários para vias de comunicação. Reconhecendo agora que nos teremos que sujeitar ao tipo de via que tenha ainda enquadramento nos fundos comunitários remanescentes. Reconhecendo agora que dar ouvidos à oposição é um ato de elevação democrática e muitas vezes, como é o caso, pode poupar anos e dinheiro ao erário público. Nesses anos, sucediam-se as declarações públicas de grande excitação dos responsáveis pelo AvePark: *"O AvePark é o Silicon Valley português. Quando o projeto estiver concluído, daqui a dez anos, teremos 150 a 200 empresas no Avepark, com 5000 empregos altamente qualificados",* dizendo ainda que *"nessa fase, o Produto Bruto da região será aumentado, só através do Avepark, em mais de 200 milhões de euros anuais."* (Prof. Manuel Mota, Presidente



do AvePark em 06.09.2008 – Agência Lusa). "*Decorridos 15 anos do início da sua atividade, o AvePark tem como objetivo a criação de 4000 postos de trabalho*" (Remísio de Castro, Administrador Executivo do AvePark em 22.01.2007 – Jornal de Notícias). Surge depois o problema do Instituto de Nanotecnologia. Primeiro, sabendo-se da instalação no distrito de Braga deste Instituto, o líder parlamentar socialista pede uma salva de palmas ao Dr. António Magalhães, numa sessão da Assembleia Municipal, por ter conseguido obter este instituto para Guimarães. Mais tarde, veio a saber-se que iria ser instalado em Braga, como hoje está. Numa decisão que, não por ser em Braga ou não ser em Guimarães, mas por ser a escassos 12 km dum parque de ciência e tecnologia criado poucos anos antes, é mais uma medida demonstrativa da mais absoluta loucura e insanidade que tomou conta deste País durante alguns anos. Numa decisão como outras que marcaram a governação de José Sócrates, procurou-se dividir "o mal pelas aldeias" colocando dois equipamentos muito similares a escassos quilómetros de distância. Com medidas destas se atirou o nosso País para o descrédito do qual está finalmente a ser retirado. Uma medida como esta é naturalmente um rude golpe no AvePark e nas suas perspetivas de crescimento e afirmação. No mandato anterior, em 24.03.2011 é proposto a esta Câmara um aumento de capital do AvePark que, afinal, mais não era do que um expediente para permitir à sociedade AvePark pagar o IMI referente aos anos 2007, 2008 e 2009. Na altura, o Presidente da Câmara disse que seria a última vez. Mais tarde, em 10.11.2011 foi aprovada a celebração de um acordo parassocial no qual a Câmara de Guimarães assumia dívida do AvePark até €5,6 milhões, donde resultava que o AvePark só tinha conseguido pagar 12% do financiamento obtido (que por sua vez era apenas 30% da

totalidade do investimento atendendo a que foi compartilhado em 70% por fundos comunitários). Na proposta que fundamento a celebração deste acordo pode ler-se que o AvePark ficou *"aquém das previsões"* e onde se assume que *"as receitas correntes são insuficientes para fazer face às despesas correntes, gerando défices de exploração anuais"*. Em 12.04.2012 vem à reunião de Câmara um pedido de autorização para assunção da dívida em € 1,3 milhões. Os vereadores do PSD deram entrada a uma declaração de voto na qual diziam, entre outros, o seguinte: *"...se podemos admitir as dificuldades sentidas nos PCT's no seu início, na sua fase de lançamento, o que é expectável é que a sua independência financeira seja progressiva, que a sua linha de progressão seja ascendente, e não descendente como tem sido o caso no AvePark. Por isso temos que tomar medidas para que isto não volte a suceder nos anos seguintes. Sob pena de o AvePark deixar de ser um investimento, para passar a ser apenas um objeto de dispêndio. Não podemos ficar de braços cruzados à espera que nos sejam enviadas as faturas dos anos subsequentes, nem permitir que o AvePark debaixo da tranquilidade do "cheque em branco" do acordo parassocial, não procure inverter a situação em que se encontra, e apresentar rapidamente resultados que contrariem o decréscimo que se vem sentindo. Resultados que credibilizem, pelo menos um bocadinho, as excitações dos seus principais responsáveis. Ao PSD interessa lutar pelo AvePark e lutar por assegurar o seu futuro. Que a todos interessa. Mas para isso, como executivo deste Município, sobretudo depois do "cheque em branco" que passamos à gestão do AvePark no acordo parassocial, temos que apresentar uma postura proactiva, temos que ser os primeiros fiscalizadores do dinheiro dos contribuintes, temos que assegurar que a gestão do equipamento vai no sentido*



da rápida inversão da situação em que incorreu, e sobretudo, exigir resultados. Porque os Vimaraneses não compreenderão que depois da transferência destes € 1,3 milhões, como prova da aposta que o Município faz naquele equipamento, não haja uma atuação correspondente sobre a gestão do AvePark, não haja uma rápida inversão desta situação de subsídio -dependência, e que o Município não seja o primeiro a assegurar-se disso mesmo".

Agora, o projeto de dissolução e liquidação dá-nos mais informações para além destas, já de si particularmente gravosas. Demonstra-nos que: Existem processos de execução contra o AvePark por dívidas fiscais. Existem dívidas de retenção de IRS e Segurança Social; Existe uma Injunção instaurada pela empresa GIRPE de cerca de €20.000,00; Existem 3 livranças preenchidas pelo BCP (donde resulta a existência de incumprimento definitivo), com a consequente limitação no acesso ao financiamento bancário. Em suma, caiu o mito da excelência da gestão do AvePark. Adicionalmente a tudo quanto fica dito, é sabido que a Câmara sempre usou o argumento da publicação da Lei nº 50/2012 como "escudo" que tapava uma situação financeiramente calamitosa. Porque de facto, esse diploma retira do âmbito das áreas nas quais podem existir empresas municipais, a gestão de parques de ciência e tecnologia. O que a Câmara nunca disse, e agora fica por demais evidente, é que mesmo que o referido diploma legal não tivesse retirado a gestão de parques de ciência e tecnologia do âmbito dos municípios, mesmo assim esta sociedade teria que ser extinta, devido ao seu péssimo comportamento financeiro, por não conseguir cumprir com o serviço da dívida e por nem sequer conseguir ter receitas que cubram as despesas correntes. Contrariamente ao que a Câmara tem dito, procurando atirar esta responsabilidade para cima do

Governo, pode hoje afirmar-se com propriedade que se não fosse esta lei o caminho do AvePark era o da insolvência. Pelo que o que a publicação da lei de que tanto tem a Câmara reclamado, acaba por a salvar desse vexame. Resta referir, relativamente à proposta de internalização, que há 4 trabalhadores que são internalizados (todos os que existiam no AvePark), sendo a proposta muito clara quanto às funções que desempenham, sendo igualmente clara quanto às funções que irão desempenhar depois de internalizados, ou seja, as mesmas funções. No entanto, estranhámos e censurámos que o Mapa de Pessoal ainda há pouco tenha sido alterado sem que tenha criado os postos de trabalho adequados ao exercício destas funções. Ora, como este projeto de dissolução e liquidação não “caiu do céu”, até porque assenta numa deliberação da Câmara já de Maio de 2013, há aqui uma desarticulação lamentável, que implicará que tenha que ser feita nova alteração ao Mapa de Pessoal, para dar enquadramento formal aos novos postos de trabalho criados por força desta internalização do pessoal.” -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE POLVOREIRA – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Polvoreira, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa, tendo merecido aprovação em reunião da Junta e Assembleia de Freguesia.” O mapa com a alteração ao trânsito e demais documentação dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**EDUCAÇÃO – CASA DO POVO DE SERZEDELO - JARDIM DE INFÂNCIA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: "A Casa do Povo de Serzedelo solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças do Jardim de Infância ao Centro Histórico, no dia 6 Maio. Assim, considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 29 de Abril de 2014, foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à próxima reunião de Câmara para ratificação o respetivo pedido de apoio.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ALTERAÇÃO DA ENTIDADE PROMOTORA -

Presente a seguinte proposta apresentada pela Vereadora Maria Helena Soeiro: "As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), pela sua natureza lúdica, formativa e cultural, constituem-se como uma ferramenta essencial para a promoção da formação integral dos alunos e para a ligação da escola com o meio. De acordo com o estipulado nos normativos legais em vigor (Despacho nº9265-B/2013, de 15 de julho; Decreto-lei nº139/2012, de 5 de julho; Despacho normativo nº 7/2013, de 11 de junho; Despacho normativo nº 7-A/2013, de 10 de julho), os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas devem, no 1º ciclo do ensino básico, desenvolver atividades de enriquecimento curricular, constituindo-se como entidades promotoras e reforçando a sua autonomia organizacional e pedagógica. Considerando que: - a Câmara Municipal de Guimarães, enquanto entidade promotora

das AEC, não tem conseguido garantir uma resposta atempada, nem sequer generalizada, a todos os alunos do 1º ciclo; - a definição da oferta das AEC tem seguido uma lógica de autonomia decretada, propondo a todos os agrupamentos as mesmas atividades, *"designadamente o ensino do inglês (...), a atividade física e desportiva, o ensino da música e outras expressões artísticas (...)"* In Decreto-lei nº 212/2009, de 3 de setembro, independentemente de cada projeto educativo; no entanto, a definição da oferta das atividades de enriquecimento curricular deve depender da formação e perfil do corpo docente da escola que as assegura; - com a diminuição das taxas de natalidade e com o aumento do número de alunos por turma, os agrupamentos de escolas dispõem de docentes do quadro com qualificação para assegurar a qualidade da oferta das atividades de enriquecimento curricular, distribuindo-as de forma articulada entre aqueles docentes, de molde a otimizar o preenchimento da respetiva componente letiva, evitando o recurso à mobilidade interna; - pela sua natureza de complementaridade ao currículo, a planificação e articulação das AEC deve efetuar-se em sede de departamento curricular; no entanto, aos docentes contratados pela Câmara Municipal de Guimarães para o desenvolvimento das AEC não são pagas as horas necessárias para garantir a sua presença nas reuniões de departamento; - o Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho, que define as normas a observar no funcionamento das AEC a fim de garantir a qualidade das mesmas refere, no nº6 do art. 13º, que aquelas atividades devem ser desenvolvidas após o período curricular da tarde. A Câmara Municipal de Guimarães, enquanto entidade promotora das AEC, não consegue cumprir esta recomendação mas os agrupamentos de escolas têm a possibilidade de organizar a distribuição do serviço letivo de molde



a respeitar esta indicação. Considerando ainda que: - a oferta das AEC deve ser adaptada ao contexto da escola e sobretudo ao local onde a mesma se insere; - o conhecimento dos valores locais e das próprias passagens da história das localidades, ajuda a enformar o cidadão e a melhor o enquadrar também na região em que habita; - Guimarães é uma terra rica em História, cujo passado se confunde, em diversas passagens, com a própria História de Portugal; - a aprendizagem da História de Guimarães, dos valores e cultura locais deve ser uma prioridade, tal como os vereadores subscritores defenderam em campanha eleitoral. Submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação de uma deliberação para que: **1. Numa lógica de autonomia construída, a Câmara Municipal de Guimarães se assuma como parceiro privilegiado dos agrupamentos de escolas e, em sede de Conselho Geral, proponha que sejam estes se constituam como entidades promotoras das Atividades de Enriquecimento Curricular; 2. Ainda na mesma lógica e no reconhecimento da importância da ligação da escola com o meio, proponha aos agrupamentos de escolas a inclusão da aprendizagem da História local na oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular.” DELIBERADO REPROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votaram contra o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. -----
Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores subscritores da proposta de alteração da entidade proponente das atividades de

enriquecimento curricular consideram que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, neste ano letivo em particular, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. Em mais que uma ocasião, os vereadores da coligação PSD/CDS manifestaram a sua preocupação com este problema e solicitaram a atenção deste executivo camarário para a necessidade urgente de encontrar uma solução que, definitivamente, pudesse acabar com a situação de desvantagem em que os nossos alunos, ano após ano, são colocados face aos dos concelhos vizinhos. É, pois, incompreensível que a Câmara Municipal de Guimarães, apesar das repetidas evidências de ineficácia do modelo de gestão atual, persista na sua continuidade ao votar contra uma proposta que defende a entrega da gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular aos Agrupamentos de Escolas. Mais ainda porque é do conhecimento de todos que este é o modelo implementado nos concelhos que são reconhecidos pela qualidade da educação que proporcionam aos seus munícipes. É, também, inexplicável que se desvalorize a oportunidade que Guimarães oferece enquanto palco dos principais acontecimentos históricos na construção da nação, principalmente numa cidade que foi Capital Europeia da Cultura em 2012, não se reconhecendo as vantagens que adviriam da aprendizagem da história local efetuada de forma lúdica e contextualizada.” -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos contra a proposta apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PSD e CDS relativa à organização das atividades extra - curriculares (AECs)



no 1º ciclo do ensino básico, a partir do próximo ano letivo, dado que a proposta organizada pelo Pelouro da Educação, através de um diálogo intenso com as Direções dos Agrupamentos de Escolas e o Conselho Municipal de Educação, aponta para que continue a ser a Câmara Municipal a entidade promotora das AECs, o que na proposta apresentada deixava de suceder. A importância do projeto das AECs se inserir numa lógica global do Município, garantindo a todas as crianças o acesso ao mesmo Projeto Educativo Local, abrangendo todos os níveis de ensino, é a principal sustentação da política que irá ser prosseguida, a qual não seria possível numa lógica de entregar a cada agrupamento a definição e implementação do seu modelo de AECs. Acresce que os Agrupamentos não têm competência para a contratação de pessoal docente, caso o mesmo não exista nos seus quadros, para garantir a todas as crianças as atividades físicas e desportivas e de inglês, pelo que haveria crianças que não beneficiariam dessas atividades que consideramos obrigatórias e essenciais para todas. Assim sendo deverá continuar a caber ao Município a definição de programa global para as AECs, o qual foi construído a partir de: - Visitas da Vereadora da Educação a todos os agrupamentos realizando reuniões com toda a comunidade; - Reuniões entre os técnicos da Educação e as direções dos agrupamentos de escolas, avaliando o funcionamento neste ano letivo e recolhendo sugestões de melhoria; - Reunião plenária com todos os Diretores dos Agrupamentos do concelho; - Auscultação do Conselho Municipal de Educação. De toda esta participação surgiu o projeto que irá ser implementado e que parte dos seguintes pressupostos: - A CMG continua a ser a entidade promotora das AECs, sendo a garantia de igualdade e equidade para todos os alunos do concelho; - É obrigatório o Inglês e a Atividade Física e Desportiva

para todos os alunos, do 1º ao 4º ano; - Caso a escolas tenham recursos disponíveis nestas áreas, são os próprios docentes das escolas que as lecionam. Caso não existam será a autarquia a contratar; - Nas situações em que a escola ofereça estas áreas, a autarquia disponibiliza uma outra mais virada para as artes, incluindo o teatro, a dança, a música, o património, a cultura em geral, numa intenção clara de formação transversal e integral dos alunos. Para este projeto será estabelecida uma parceria com os Serviços Educativos da Oficina; - Os horários das AECs serão flexibilizados, mantendo a manhã apenas para o professor titular de turma, dado que a manhã é o tempo mais adequado e mais proveitoso para aprendizagens que exigem mais atenção e concentração. Desta forma teremos horários maiores, mais dignos e assim menos desistências; - a autarquia compromete-se ainda a indicar uma entidade que tutele cada uma destas áreas, garantindo a articulação horizontal e vertical, orientação e formação dos técnicos e docentes que vão lecionar as atividades de enriquecimento curricular; Este projeto das AECs insere-se numa lógica mais global do município que está a desenhar um Projeto Educativo Local que abranja todos os níveis de ensino e assuma diretrizes comuns para todos os alunos do concelho de Guimarães, numa valorização do nosso património, da nossa história e da nossa cultura. Nestes termos teríamos de votar contra a proposta apresentada para possibilitar a prossecução do programa descrito.” -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – ABRIL DE 2014 – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a



Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – CASFIG EM UNIPESSOAL LDA – PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DE DUAS HABITAÇÕES VAGAS E TRÊS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA – TRANSFERÊNCIA INTER-RESIDÊNCIAS PARTILHADAS DE DUAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS – Presente, para aprovação, uma proposta da CASFIG, EM UNIPESSOAL, LDA para ocupação de duas habitações vagas e três vagas em residência partilhada e transferência inter-residências partilhadas de duas famílias unipessoais, aprovada pelo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária de 24 de abril de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta.**-----

DESPORTO - NÚCLEO DE ATLETISMO DAS TAIPAS - IX CORRIDA DAS CALDAS DAS TAIPAS - ATRIBUIÇÃO DE TROFÉUS – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 8 de junho será realizada a 9ª edição da Corrida das Caldas das Taipas, prova de atletismo promovida pelo Núcleo de Atletismo das Taipas, e que nos últimos anos tem contado com a participação de grandes equipas nacionais. A aposta na formação volta a ser um dos seus principais objetivos para este evento, e além desta

corrida, será realizada uma caminhada solidária que movimentará cerca de 1000 atletas e participantes. Debalde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos na organização deste evento desportivo, a prova nunca deixou de se realizar ao longo dos últimos nove anos, constituindo um estímulo importante à promoção da atividade física e do desporto numa zona do concelho carenciada de atividades desportivas regulares. Neste sentido, proponho que se atribua um apoio de 500 (quinhentos) euros em troféus para este evento desportivo, que constitui objetivamente uma mais-valia para a promoção do desporto para todos no nosso concelho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

DESPORTO - SUBSÍDIO A ATRIBUIR À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA ASES DE SANTA EUFÉMIA -

Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural e Desportiva “ASES DE SANTA EUFÉMIA” procedeu à construção de um recinto desportivo, no lugar do Outeiro, na freguesia de Prazins Santa Eufémia, constituído por um campo de jogos em terra batida, um edifício de apoio, uma bancada e um anexo destinado a balneários, sala de convívio e instalações sanitárias destinadas ao público, no âmbito do processo de licenciamento nº 659/02. Esta associação tem a seu cargo a ocupação dos tempos livres de cerca de 100 crianças, sendo que nos últimos anos tem investido na formação, tendo criado uma escola de formação com o objetivo de desenvolver e promover a prática do futebol naquela freguesia, e encorajar as crianças a participar em atividades desportivas e físicas. Assim, reconhecendo-se o relevante papel desempenhado por esta Associação Desportiva no desenvolvimento das atividades desportivas ao longo destes últimos anos, bem como o apoio dedicado às crianças e jovens da freguesia, muitas vezes condicionada pela cada vez mais difícil angariação de apoios



financeiros, considera-se necessário e importante que as instalações e equipamentos desportivos utilizados, neste caso da Associação Cultural e Desportiva "ASES DE SANTA EUFÉMIA, estejam devidamente licenciadas e aptas a assegurar a sua utilização. Ora, atentos a essa necessidade, pretendem os responsáveis da instituição proceder à regularização de um conjunto de obras, tendo para o efeito instruído e apresentado junto dos nossos serviços o competente processo, o qual se encontra aprovado e em condições de ser levantada a respetiva licença. No âmbito do processo de licenciamento acima identificado e para efeitos de emissão do Alvará de Licença de Construção, a Associação Cultural e Desportiva "ASES DE SANTA EUFÉMIA" tem agora que proceder ao pagamento das respetivas taxas, no valor de 13.539,39€, valor que, face à média das receitas que habitualmente angariam e das despesas que habitualmente têm de suportar, não tem condições de pagar. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que a Associação Cultural e Desportiva "ASES DE SANTA EUFÉMIA" prossegue e desenvolve, bem como do apoio que presta à sua comunidade infanto-juvenil, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas, a atribuição a esta entidade, registada sob o nº 502537485, de um subsídio no valor de 13.539,39€, destinado a comparticipar, a título excecional, nos custos a suportar com o pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção daquele recinto desportivo."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - PROJETO ACES EUROPE - SPORT WE CAN -

Presente a seguinte proposta: "Na sequência de Guimarães ter sido Cidade Europeia do Desporto em 2013, a Câmara Municipal

de Guimarães aceitou integrar o projeto comunitário "Sport We Can" apresentado pela ACES Europe à Comissão Europeia, juntamente com mais 9 cidades pertencentes à rede. O presente projeto, de 18 meses, a terminar em Junho de 2014, tem como principal objetivo realizar uma partilha de boas práticas e apresentar um estudo sobre a importância do papel do desporto ao nível social, educacional, qualidade de vida, hábitos de vida saudável e integração de grupos desfavorecidos. Através deste projeto foi possível realizar uma reunião internacional destes parceiros, em Guimarães, conforme previsto em candidatura. Este projeto tem um orçamento para a Câmara Municipal de Guimarães de 15.000,00€, sendo comparticipada em 66,66%, com 10.000,00€ de cofinanciamento e 5.000,00€ de contrapartida nacional. Assim, tendo em conta o exposto, será necessário proceder à assinatura do "Grant Agreement" que garantirá o financiamento dos 10.000,00€ do projeto à Câmara Municipal e proceder ao pagamento de 5.000,00€ de custos de tradução, na sequência da reunião/congresso realizada em Guimarães, correspondendo já à contrapartida nacional. Desta forma, remete-se o referido acordo de subvenção para ratificação." O Acordo de Subvenção dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – VITÓRIA SPORT CLUBE – PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO CAMPO DE JOGOS NO COMPLEXO DESPORTIVO - RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: "No âmbito da conclusão das obras de construção dos novos balneários de apoio ao campo nº 4 do Complexo Desportivo do Vitória Sport Clube, obra esta comparticipada pela Câmara Municipal de Guimarães, ao abrigo do contrato programa celebrado em 15 de fevereiro de



2014, a Direção do Vitória Sport Clube vem agora solicitar o apoio com vista à pavimentação da área de acesso àqueles balneários. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se um investimento total de 5.859,86€, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em 5.859,86€. O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 2.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações Desportivas de Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----